

“O FUTURO DA FÁBRICA DE ADMINISTRADORES” E O GERENTE CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Daniel Calbino*
Juliane Almeida**
Alexandre Santos***

RESUMO: Um ensaio teórico de 2003, intitulado de “Qual será o futuro das fábricas de Administradores?”, questionava, naquele contexto, o fato de as escolas de Administração do país seguirem uma tendência de aumento exponencial, com a predominância de instituições privadas. Em paralelo a este avanço, o artigo relatava certa estruturação das escolas de Administração em torno de um ideário de “gerência científica”, podendo, pois, serem metaforizadas como “fábricas de administradores”, nas quais estes últimos seriam o produto do processo. O trabalho denunciava ainda alguns fatores que estavam contribuindo para o sucateamento do ensino em Administração do país: o uso de um currículo mínimo, inflexível, e não adaptado às demandas regionais; professores despreparados para ministrar as aulas; e pouco interesse pela pesquisa na maior parte das instituições. Retomando algumas destas reflexões, o presente artigo teórico-empírico questiona: O futuro da fábrica de ad-

* Graduado em Administração na Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ; Mestrando em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. E-mail: dcalbino@yahoo.com.br

** Graduada em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG; Mestrando em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. E-mail: julyribeiro07@yahoo.com.br

*** Graduado em Administração na Universidade Federal de Viçosa – UFV; Mestrando em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. E-mail: mralexandre-santos@gmail.com

ministradores continua? Qual tem sido o papel do Conselho Federal de Administração neste processo? A pesquisa se caracterizou pela natureza qualitativa. Os dados coletados foram fontes secundárias do censo do MEC (2004 e 2007), do Enade 2006, e documentos institucionais do Conselho Federal de Administração. Para o tratamento dos dados utilizou-se a Análise de Conteúdo. Conclui-se que a fábrica de administradores continua funcionando em pleno vigor, haja vista a expansão dos cursos de graduação, os indicativos de problemas na qualidade da formação dos profissionais, a permanência de um currículo fragmentado e desvinculado das exigências da sociedade e influências insuficientes e pouco efetivas do Conselho Federal de Administração para corrigir o rumo dos acontecimentos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Ensino; Administração; Mercantilização.

“THE FUTURE OF THE BUSINESS MANAGERS FACTORY” AND THE MANAGEMENT OF THE FEDERAL COUNCIL OF ADMINISTRATION

ABSTRACT: A theoretical essay of 2003 entitled “What will the future of the Business Managers’ factories be?” questioned, in that context, the trend of exponential growth followed by the Business schools of the country, with the predominance of private institutions. In parallel with this progress, the article reported some structuring of Business schools around an ideology of “scientific management”, that could be metaphorically called “factories of Business Managers”, in which the latter would be the product of the process. The paper also denounced some factors that were contributing to decreasing the quality of Business majors in the country: the use of a minimum curriculum, inflexible and not adapted to regional

demands; unprepared professors, and scant interest in research in most institutions. Reconsidering some of these reflections, this theoretical-empirical paper questions: Will the future of the factory of business managers continue? What has been the role of the Federal Council of Administration in this process? The research was characterized as qualitative. Data were collected from secondary sources of the MEC census (2004 and 2007), Enade 2006 (Nacional Student's Performance Exam), and institutional documents of the Federal Council of Administration. Content Analysis was used for data treatment. It is concluded that the factory of Business Managers is still working in full force, given the expansion of undergraduate programs, the indicatives of problems in the quality of formation of professionals, the persistence of a curriculum that is fragmented and distant from the society's demands, and insufficient and poorly effective influences of the Federal Council of Administration to correct the course of events.

KEYWORDS: Education; Teaching; Administration; Mercantilization.

INTRODUÇÃO

Um ensaio teórico de 2003, intitulado “Qual será o futuro das fábricas de Administradores?” questionava, naquele contexto, o fato das escolas de Administração do país seguirem uma tendência de aumento exponencial, com a predominância de instituições privadas. Em paralelo a este avanço, Nicolini (2003) relatou certa estruturação das escolas de Administração em torno de um ideário de “gerência científica”, podendo, pois, serem metaforizadas como “fábricas de administradores”, nas quais estes últimos seriam o produto do processo. Este autor denunciava ainda alguns fatores que estavam contribuindo para o sucateamento do ensino em Administração do país: o uso de um currículo mínimo, inflexível, e não adaptado às

demandas regionais; professores despreparados para ministrar as aulas; e pouco interesse pela pesquisa na maior parte das instituições. Retomando algumas destas reflexões na atualidade, o artigo teórico-empírico questiona: O futuro da fábrica de administrações continua? Qual tem sido o papel do Conselho Federal de Administração neste processo? Para isso, adotaram-se como eixos norteadores deste estudo as análises do desenvolvimento quantitativo dos cursos de Administração do país, os indicativos da qualidade do processo de ensino-aprendizagem baseado no Enade 2006, as mudanças curriculares de 2004, bem como o papel desempenhado pelo Conselho Federal de Administração na fiscalização dos cursos e na atual constituição curricular.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A MERCANTILIZAÇÃO E A QUALIDADE DO ENSINO

Retomando o histórico do surgimento das escolas de Administração no Brasil, as primeiras iniciativas surgiram em 1902, com duas instituições particulares, uma no Rio de Janeiro (Escola Álvares Penteado) e a outra em São Paulo (Academia de Comércio). Contudo, apenas em 1931, com a criação do Ministério da Educação, é que o ensino universitário passou a ser regulamentado. Diante do crescimento econômico da época, permeado pelos preceitos da burocracia, assim como pelas teorias de Taylor e Fayol, surgiu o Departamento de Administração do Setor Público (DASP), que, mais tarde, fundaria a Escola Superior e de Administração de Negócios (ESAN/SP, em 1941) e a Faculdade de Economia, Administração, e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP, em 1946) (NICOLINI, 2003).

Este ambiente deixou como herança condições e motivações para a constituição de cursos com ênfase na “gerência científica”, que, por buscarem especializar profissionais para a Administração Pública e privada, instituíram a burocracia especializada para o desenvolvimento do país. A intensificação dos cursos sob esses moldes

tornou-se maior a partir de 1948, com uma parceria entre setores da Administração Pública brasileira e norte-americana. Desta parceria surge a Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP), visando atender as demandas do setor público, e a Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP), que surgiu com a proposta de formar especialistas para atender às expectativas do empresariado local. A parceria com os Estados Unidos, por meio da formação de escolas nos modelos das “business schools”, buscou, também, atender às demandas dos setores privados da sociedade, possibilitando um rápido desenvolvimento dos cursos de Administração, principalmente a partir de 1964 (NICOLINI, 2003).

Nicolini (2003) ainda afirma que, a princípio, a criação dos cursos de Administração ocorreu no interior das instituições universitárias, vinculados tanto ao ensino quanto à pesquisa. No entanto, isto logo foi abandonado, deslocando a formação de profissionais para universidades públicas isoladas e para as universidades particulares do país, com maior ênfase no ensino em detrimento da pesquisa. Este novo enfoque repercutiu sobre o número de escolas de Administração, que, de 31 cursos em 1967, passou para 177 cursos em 1973. Já em 1980, havia 245. Em 1990 existiam 330 cursos, enquanto que em 1998 constavam 549 cursos de Administração (78,5% em instituições privadas). O período de 1967 a 1998 vislumbrou um crescimento quantitativo exponencial das escolas de Administração do país, principalmente mediante os incentivos governamentais para atendimento da crescente demanda.

Algumas reflexões da Comissão de Especialistas de Ensino em Administração (1997), embora tenham mais de dez anos, fornecem fundamentos para uma justificativa acerca das motivações, e, por conseguinte, predominância do aumento. Com base nessa Comissão, o baixo dispêndio financeiro para a constituição de um curso de Administração é uma das principais motivações para sua abertura, pois não se fazem necessários altos investimentos em laboratórios sofisticados, ou em qualquer outro refinamento tecnológico. Sob esta visão, Nicolini (2003) estabelece a analogia das escolas de Administração como sendo fábricas de administradores, percepção

compartilhada também por Souza-Silva e Davel (2005) e Saraiva (2007) quando buscam denunciar a expansão dessas escolas como sendo um processo de massificação da educação superior.

Na ótica de Saraiva (2007), o crescimento exponencial dos cursos de Administração transformou a área na locomotiva da educação superior brasileira, não apenas pelo glamour dos homens e mulheres de negócio, senão, também, pelas altas taxas de retorno associadas aos seus baixos custos operacionais. Este autor intenta, ainda, uma explicação para a expansão da educação superior privada, afirmando que o avanço das propostas neoliberais, resultou no corte de gastos públicos nas áreas sociais, lacuna então preenchida pela iniciativa privada em setores antes de responsabilidade exclusiva do Estado, como é o caso do ensino superior.

Esta política de “desmonte dos serviços públicos”, segundo Souza-Silva e Davel (2005), foi corroborada no Brasil por mudanças nas leis que alteraram as regras do setor educacional, colocando fim à legislação que determinava o modelo único de universidade – como exemplo a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, dentre outros decretos, portarias e resoluções do Conselho Nacional de Educação. Tais mudanças na lei categorizaram as instituições de ensino superior em universidades, centros universitários, faculdades integradas, institutos superiores ou escolas superiores, permitindo, pois, sua constituição como entidade com fins lucrativos (sujeitando-se às regras das sociedades mercantis). Deste modo, a União passou a atuar apenas como órgão controlador do ensino superior, isto é, como organismo de criação de normas gerais sobre os cursos de graduação e pós-graduação, e avalista dos cursos e das instituições de ensino superior.

No entanto, todo este processo de expansão das escolas de Administração parece vir acompanhado também de defasagens na qualidade do ensino de Administração, conforme aborda Saraiva (2007, p. 1), ao denunciar a mercantilização do ensino:

Em um quadro de intensa competição, as organizações de educação superior transformaram-se

em centros efetivos de negócio, convertendo a educação em uma commodity, concebendo-a, produzindo-a e comercializando-a como tal. Nesse contexto, a emancipação, premissa básica da educação, submete-se a uma lógica que coloca nas mãos dos estudantes de Administração – agora rebatizados de ‘clientes’ – decisões relacionadas à operacionalização do ensino, afetando a qualidade de sua formação em si, da categoria profissional como um todo, e das práticas conduzidas por estes profissionais, com implicações para toda a sociedade.

Para Leda (2006, p. 9), as perdas de qualidade ocorreram no ensino, na pesquisa e na extensão, gerando consequências como:

[...] uma crescente privatização interna das universidades públicas, incremento do ensino virtual, franchising educacional, abertura estrondosa de vagas no ensino privado, avaliações baseadas em critérios quantitativos, ruptura com a produção e transmissão de conhecimentos críticos, situações estas que estão afetando diretamente o trabalho docente.

Críticas neste mesmo sentido são feitas por Paes de Paula e Rodrigues (2006), que evidenciam a tendência à “mercantilização” da pesquisa e do ensino. Tal tendência gera um viés nas escolas de Administração, que passam a privilegiar, por exemplo, o produtivismo acadêmico em detrimento do aprofundamento das pesquisas, que acabam tendo pouco impacto nas práticas gerenciais, sofrendo a concorrência de pacotes prontos de consultorias. É verificado também um fracasso no conteúdo e nos métodos pedagógicos utilizados, posto que o aprimoramento do ensino não parece estar entre as prioridades de algumas instituições, mais preocupadas com os ganhos de escala. Desta forma, segundo os autores, a educação gerencial produz pouca efetividade para o desempenho profissional dos estudantes, e a formação predominantemente instrumental e de mercado

não estimula nenhum senso de responsabilidade e cidadania.

2.2 OS CURRÍCULOS DE ADMINISTRAÇÃO E A LÓGICA FABRIL

Um dos pontos presentes da mercantilização do ensino, segundo Nicolini (2003), são os currículos de Administração. O primeiro currículo do curso surgiu em 1966, quando o Conselho Federal de Educação fixou um conteúdo mínimo e a duração do curso, que habilitava o profissional para o exercício da profissão. Em 1982, surgiu a proposta de se repensar um novo currículo mínimo, mais adaptado às mudanças estruturais que ocorriam naquele momento. Todavia, o novo currículo só foi fixado em 1993, pelo Conselho Federal de Educação. Para Nicolini (2003), apesar deste novo currículo se mostrar mais moderno e aperfeiçoado, ainda estava longe de retirar as escolas de Administração da trilha tradicionalista. O autor, ao analisar o currículo mínimo, aborda que os primeiros períodos do curso eram constituídos de disciplinas de formação básica e instrumental, compostas pelas seguintes temáticas: Economia, Direito, Matemática, Contabilidade, Filosofia, Psicologia, Sociologia e Informática. Buscava-se, desta forma, fundamentar a compreensão e as aplicações das ciências sociais, bem como o desenvolvimento de habilidades matemáticas. Nos momentos subsequentes do curso encontravam-se as disciplinas vinculadas às atividades de exercício do administrador: Teoria da Administração, Mercadologia, Administração de Recursos Humanos, Administração de Produção, Administração Financeira e Orçamentária, Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais e Organização, Sistemas e Métodos. Nesta fase da formação, trabalhava-se para constituir o domínio das áreas técnicas, consideradas de âmbito exclusivo do Administrador. Já na terceira etapa da grade curricular, constavam as disciplinas eletivas e complementares, cujo objetivo era possibilitar a adequação do currículo às vocações de cada escola e das demandas regionais. Por fim, encontrava-se a proposta do estágio – obrigatório –, que visava ve-

rificar a aplicação dos conhecimentos adquiridos pelos estudantes.

Feita esta breve contextualização, o autor relata que a proposta de currículo segue, na verdade, uma lógica fabril, a princípio, por subdividi-lo em diversas partes que não conseguem manter uma inter-relação entre elas. E afirma que “a divisão do estudo e a fragmentação do saber ganham contornos preocupantes quando os mecanismos de interação entre as matérias são constantemente esquecidos, ignorados ou desconhecidos” (NICOLINI, 2003, p. 6). A proposta de especialização do estudo, dividindo-o em formações específicas, que teoricamente se manteriam conexas, na prática gerou um isolamento, pois as disciplinas, em sua maioria, acabaram por serem ministradas de maneira genérica, sob a responsabilidade de professores divorciados do campo da administração.

[...] argumentos que reforçam a impressão de que o ensino em Administração terminou parecido com uma fábrica. Tal como um operário que ministra a matéria como se montasse no conjunto (o aluno) a peça de sua responsabilidade. Peça que nem sempre se encaixa, pois a fragmentação e o estudo cada vez mais aprofundado e isolado vão acabar dificultando, para o aluno, a visualização do todo administrativo (NICOLINI, 2003, p. 6).

O processo de mecanização do currículo é outro aspecto crítico. Realizando uma analogia em relação aos processos de produção do sistema industrial, Nicolini (2003) explana que a visão que se tem do futuro administrador é que, ao final da graduação, o estudante saiba ser capaz de operar, gerir e tomar decisões, dentro do que foi programado. Ou seja, formam-se estudantes para dar respostas prontas a problemas costumeiros. Porém, até mesmo devido ao caráter idiosincrático das organizações, a essência de uma proposta curricular deveria se focar, antes, em resolver problemas – “o aluno precisa ser incentivado a romper paradigmas, a criar e ousar em um mundo de complexidade crescente e que se transforma rapidamente” (NICOLINI, 2003, p. 6). Por fim, o autor levanta que este currículo, na ver-

dade, mantêm-se como um sistema fechado porque tem apresentado pouco “intercâmbio com o ambiente no qual está inserido”. Ou seja, poucas são as disciplinas que propõem debater temas relacionados à atualidade, como a questão do meio ambiente, por exemplo. O currículo mantém-se, portanto, deslocado das demandas da sociedade. Diante da exposição destes pontos, Nicolini (2003) reafirmava a existência de uma lógica de produção nos cursos de Administração.

2.3 O CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Historicamente, um dos principais órgãos no país de apoio e incentivo aos cursos de Administração é o Conselho Federal de Administração (CFA). O conselho surgiu em 9 de setembro de 1965, como um conjunto de Autarquia Federal, cujo objetivo era o de cumprir e fazer cumprir a legislação que regulamenta a profissão do Administrador. Desta maneira, o CFA caracteriza-se como sendo uma entidade normatizadora, consultiva, orientadora e disciplinadora do exercício da profissão de Administrador, bem como controladora e fiscalizadora das atividades financeiras e administrativas (CFA, 2006).

No que se refere à sua missão, o CFA se apresenta como responsável por promover a difusão da ciência da Administração e a valorização da profissão do Administrador, visando à defesa da sociedade. As leis que regem o CFA são:

- Propugnar por uma adequada compreensão dos problemas administrativos e sua racional solução;
- Orientar e disciplinar o exercício da profissão do Administrador;
- Elaborar seu regimento;
- Dirimir dúvidas suscitadas nos Conselhos regionais;
- Examinar, modificar e aprovar os regimentos dos Conselhos Regionais;
- Julgar em ultima instância os recursos de penalidades impostas pelos CRAs;

Votar e alterar o código de Ética de Deontologia Administrativa, bem como zelar pela sua fiel execução;
Aprovar anualmente o orçamento e as contas da Autarquia;
Promover estudos e campanhas em prol da racionalização administrativa do país.

Além das competências previstas pela lei, segundo o próprio CFA (2006), propõe manter-se presente, também, por meio das seguintes funções específicas:

- baixar atos julgados necessários à fiel observância e execução da legislação referente à profissão do Administrador;
- consolidar atos e normas;
- colaborar com os poderes públicos, instituições de ensino, sindicatos e outras entidades de classe, no estudo de problemas do exercício profissional e do ensino de Administração, propondo e contribuindo para a efetivação de medidas adequadas à sua solução e aprofundamento;
- celebrar convênios, contratos e acordos de cooperação técnica, científica, financeira e outros de seu interesse;
- dirimir quaisquer dúvidas ou omissões sobre a aplicação da legislação reguladora do exercício profissional do Administrador;
- indicar representantes, registrados profissionalmente e em pleno gozo de seus direitos junto ao CRA ao qual esteja jurisdicionado, para participar de órgão consultivo de entidades da Administração pública direta ou indireta, de fundações, de empresas públicas e privadas, quando solicitado por quem de direito;
- indicar delegados com funções de representação, de orientação ou de observação a congressos, seminários, simpósios, convenções, encontros, concursos, exames ou eventos similares;
- promover estudos, pesquisas, campanhas de valorização profissional, publicações e medidas que

objetivem o aperfeiçoamento técnico, científico e cultural do Administrador;

- valorizar, mediante reconhecimento público e premiações, profissionais e empresas que tenham contribuído significativamente para o desenvolvimento da Ciência da Administração no Brasil;

- defender o ensino *stricto sensu*, *lato sensu* e de extensão ao Administrador.

Dessas propostas, pode-se observar que, em tese, o Conselho se apresenta com dois dos objetivos próximos ao zelo pela qualidade do ensino, principalmente no momento em que há intenções de “colaborar para o estudo de problemas do exercício do profissional e do ensino em Administração”, e também quando trata da proteção do ensino *stricto/lato sensu* e de extensão ao Administrador.

3 METODOLOGIA

O objetivo central do trabalho foi compreender se o processo de produção de administradores, denunciado por Nicolini (2003), continua, e qual tem sido o papel desempenhado pelo Conselho Federal de Administração neste processo. Para tentar compreender a primeira questão, foram adotadas três categorias de análise: (i) a expansão dos cursos de administração no período de 1998 a 2007 (a escolha desta categoria se justifica visto que os dados da pesquisa de Nicolini (2003) se limitam até o ano de 1998); (ii) o resultado dos cursos de Administração no primeiro Exame Nacional de desempenho do ano de 2006; e (iii) as mudanças no currículo de Administração, de 1993 para 2004. Para compreender o papel desempenhado pelo Conselho Federal de Administração, foi selecionada mais uma categoria de análise: (iv) a fiscalização da qualidade dos cursos de Administração e o apoio desempenhado na mudança curricular de 2004.

Com base nestes problemas, o trabalho caracterizou-se por uma pesquisa qualitativa. Entende-se por pesquisa qualitativa, no contex-

to desta investigação, aquela que visa gerar conhecimento, respeitando as singularidades dos fatos e dos sujeitos (REY, 2005). Para a coleta de dados foram utilizadas fontes documentais. Dados do Censo do Ministério da Educação (MEC) (BRASIL, 2004a) sobre a expansão dos cursos de Administração, do primeiro Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (BRASIL, 2006), e documentos institucionais do Conselho Federal de Administração foram coletados. Para a análise dos documentos, adotou-se a técnica de análise de conteúdo, definida por Bardin (1977, p. 42) como “um conjunto de técnicas de análise de comunicação que contêm informação sobre o comportamento humano atestado por uma fonte documental”. Chizzotti (2008) acrescenta a essa concepção, dizendo que a análise de conteúdo tem por objetivo compreender criticamente o sentido das comunicações, do conteúdo manifesto ou latente que existe nos textos escritos ou de qualquer comunicação (oral, visual ou gestual).

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 A EXPANSÃO DOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO

Conforme abordado anteriormente, Nicolini (2003) relatava um processo desenfreado de expansão dos cursos de Administração, alegando que o período de 1967 a 1998 vislumbrou um crescimento quantitativo exponencial das escolas de Administração do país, principalmente mediante os incentivos governamentais para atendimento da crescente demanda. Se naquela época este aumento já era alarmante, ao se recorrer aos dados de um Censo do MEC, realizado em 2004, sobre o número de instituições de ensino superior no país, percebe-se que a tendência parece continuar:

Tabela 1 Resumo da evolução dos cursos de Administração no Brasil

ANO	IES	MATRÍCULAS	CONCLUINTES
Antes de 1960	2	N/I	N/I
1960	31	N/I	N/I
1970	164	66.829	5.276
1980	247	134.742	21.746
1990	320	174.330	22.394
2000	821	338.789	35.658
2002	1.158	493.104	54.656
2003	1.710	576.305	64.792
2004	2.048	641.455	88.466

Fonte: MEC/INEP/DAES (BRASIL, 2004a).

Observa-se que de 1998 a 2004 o número de escolas de Administração mais do que dobrou, denotando a proliferação destes cursos no Brasil – em 2004 existiam 2.048 instituições de ensino que ofereciam o curso de administração, e, dos 4.887.771 alunos matriculados em algum curso de graduação superior até 2003, 576.305 (11,8%) cursavam escolas de Administração, de acordo com dados do MEC/INEP (BRASIL, 2003).

Quanto à proporção entre instituições privadas e públicas, conforme levantado por Nicolini (2003), em 1998, 78,5% dos cursos de Administração se encontravam em instituições particulares, e estes números subiram para 88,9% em 2003 (BRASIL, 2003).

Quando comparamos esses resultados com a última pesquisa realizada em 2007 pelo MEC/INEP (BRASIL, 2007), podemos observar, na Tabela 2, que as escolas de Administração já alcançaram o número de 2.886, e a porcentagem dos cursos em instituições privadas chegou às margens de 90%.

Tabela 2 Cursos de Administração no Brasil

Número de cursos de Graduação em Administração Presenciais até 30/06					
Total	Pública			Privada	
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Comun/ Confes/Filant
2.886	118	107	62	1.864	735

FONTE: MEC/INEP/DEED (BRASIL, 2007).

Com base nestes dados, podemos observar que a expansão dos cursos continua intensa. Se compararmos os dados das pesquisas de 1998, que indicavam 549 cursos de Administração, com o ano de 2007, percebemos que este número subiu para 2.886 cursos, mostrando um aumento de mais de cinco vezes no número de escolas de Administração.

4.2 INDICATIVOS DE QUALIDADE (ENADE – 2006)

Para buscar alguns indicativos da qualidade dos cursos de Administração no Brasil, tomamos por base os dados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade). O Enade, antigo “Provão”, tem por objetivo medir o conhecimento dos alunos dos cursos de graduação em relação aos conteúdos desenvolvidos pelas instituições de ensino, bem como suas habilidades e competências. Ele faz parte do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), do qual também fazem parte a Avaliação de Curso e a Avaliação Institucional. A avaliação do Enade é fundamentada nas médias dos ingressantes e dos concluintes em duas provas, a de formação geral e a de formação específica – desta média, cria-se um IDD Conceito, classificado de 1 a 5, que busca inferir o incremento de conhecimento proporcionado pelos cursos.

No primeiro exame, realizado em 12 de novembro de 2006, foram avaliados 1475 cursos de Administração no país, dos quais apenas 11,1% eram oriundos de escolas públicas – a média de instituições públicas dos quinze cursos avaliados na época era de 15,7%.

Os dados demonstrados na Tabela 3 podem ser indícios de que o processo de expansão dos cursos talvez não seja exclusivo da área de administração. Além disso, destaca-se a concentração do número de cursos na área de Administração, que representam cerca de 27,30% do total dos participantes, enquanto, por exemplo, o curso de Direito, que seria o segundo colocado em volume numérico, totaliza cerca de 14,21%.

Tabela 3 Dados dos cursos participantes do Enade 2006

Área	Pública		Privada	
	Nº de cursos	% de cursos	Nº de cursos	% de cursos
TOTAL	896	15,7	4805	84,93
Administração	163	11,1	1312	88,9
Arquivologia	9	100	0	0
Biblioteconomia	25	71,4	10	28,6
Biomedicina	13	13,8	81	86,2
Ciências Contábeis	122	15,8	650	84,2
Ciências Econômicas	75	34,7	141	65,3
Comunicação Social	109	13,8	682	86,2
Design	26	19,8	105	80,2
Direito	94	11,6	717	88,4
Formação de Professores (Normal Superior)	91	19,7	371	80,3
Música	39	65	21	35
Psicologia	51	17,3	243	82,7
Secretariado Executivo	19	16	100	84
Teatro	23	67,6	11	32,4
Turismo	37	9,3	361	90,7

FONTE: MEC/INEP/DEAES – ENADE (BRASIL, 2006).

Quanto à média geral dos estudantes de Administração, conforme podemos observar na Tabela 4, as informações acerca dos estudantes ingressantes e concluintes na prova de conhecimentos gerais podem ser indicativos de restrições no ensino de Administração: a média geral foi 45,4, o que revela um desempenho geral abaixo do desejado, e os estudantes do curso de Administração apresentaram o pior resultado, pois obtiveram média 42,1. Este cenário é reforçado pelos dados apresentados na Tabela 5, na qual observa-se que os estudantes de Administração obtiveram médias inferiores às médias nacionais também nas provas de conhecimento específico, pois ficaram com a média 36,2, ligeiramente abaixo da fraca média nacional (36,4), o que representa o quinto pior resultado.

Tabela 4 Média do desempenho geral dos estudantes na “Formação Geral”

Área	Média dos Ingressantes	Média dos Concluintes	Média Total da Formação Geral
TOTAL	44,2	47,2	45,4
Administração	40,8	44,1	42,1
Arquivologia	49,2	52,1	50,7
Biblioteconomia	46,2	49,1	47,4
Biomedicina	46,2	48,5	46,8
Ciências Contábeis	43,6	44,7	44,1
Ciências Econômicas	44,4	46,4	45,4
Comunicação Social	46,4	49,2	47,6
Design	46,7	50,4	48,1
Direito	47	50,4	48,2
Formação de Professores (Normal Superior)	45,8	46,9	46,2
Música	46,8	49,1	47,8
Psicologia	43,9	47,2	45,4
Secretariado Executivo	43,8	45,2	44,4
Teatro	46,4	47,2	46,7
Turismo	48,2	51,1	49,7

FONTE: MEC/INEP/DEAES - ENADE (BRASIL, 2006).

Tabela 5 Média do desempenho geral dos estudantes no “Componente Específico”

Área	Média dos Ingressantes	Média dos Concluintes	Média no Componente Específico
TOTAL	32,9	41,8	36,4
Administração	33,2	41,3	36,2
Arquivologia	37,9	47,1	42,7
Biblioteconomia	34,7	44	38,8
Biomedicina	30,7	43,8	34,1
Ciências Contábeis	22,8	30	25,7
Ciências Econômicas	27,4	34,5	31,2
Comunicação Social	34	40,3	36,7
Design	42,1	52,8	46,1
Direito	31,2	42,8	35,5
Formação de Professores (Normal Superior)	39,6	43,7	41,1
Música	36,5	45	40,2
Psicologia	41,1	52,7	46,3
Secretariado Executivo	35,5	42,4	38,7
Teatro	41,3	48	44,5
Turismo	41,5	48,5	45,2

FONTE: MEC/INEP/DEAES - ENADE (BRASIL, 2006).

A Tabela 6 complementa o delineamento do contexto dos cursos de Administração no Brasil: ao analisarmos as médias dos resultados

apresentados em conhecimentos gerais e específicos, constatamos que apenas 23% dos cursos de Administração do país conseguiram obter o conceito entre 4 e 5 no Enade.

Tabela 6 Distribuição de conceitos por área avaliada - Enade 2006

Área	Conceito 1 ou 2		Conceito 3		Conceito 4 e 5		SC	Total
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	
TOTAL	1085	27,9	1914	49,2	895	23	1807	3894
Administração	363	32	583	51,5	187	16,5	342	1133

FONTE: MEC/INEP/DEAES - ENADE (BRASIL, 2006).

4.3 CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO: FISCALIZAÇÃO DA QUALIDADE DOS CURSOS E A PARTICIPAÇÃO NA FORMULAÇÃO DO CURRÍCULO

Ao se deparar com os resultados dos cursos de Administração no Enade, o Conselho Federal de Administração (2007, p. 1) afirmou:

Em razão desse resultado, o Conselho Federal de Administração (CFA) ficará ainda mais atento à qualidade do ensino em todas as Instituições de Ensino Superior (IES) do País. Para o diretor da Câmara de Formação Profissional do CFA, o administrador Lúcio Mariano Melo, uma das preocupações do Conselho, além de garantir cursos qualificados, é identificar as fragilidades das instituições e apresentar alternativas. “Precisamos preparar os alunos para enfrentar o mercado de trabalho e para isso precisamos aproximar os cursos da realidade”, ressaltou o administrador.

Segundo o documento institucional do Conselho, conscientes dos problemas relatados no Enade, a proposta se baseia em identificar fragilidades e apresentar alternativas, com o objetivo de melhorias na qualidade do ensino. Dentre as propostas, o CFA se propôs a tornar-se parceiro do MEC neste processo de avaliação:

Com essas preocupações, o Conselho se tornou

parceiro do Ministério da Educação (MEC) no processo de avaliação dos cursos de Administração. Este ano, o CFA já avaliou 11 cursos em sete estados. A Faculdade de Cafelândia, no Paraná, foi a primeira a ter o reconhecimento recomendado pelo CFA em parecer encaminhado ao MEC (CFA, 2007, p. 1).

No entanto, ao consultarmos os principais meios institucionais do Conselho, não foram encontradas divulgações no período de 2007 a 2010 da continuidade da fiscalização dos cursos. O que foi observado trata-se de informações anteriores ao período dos resultados do Enade, intitulado “histórico dos cursos de administração”, na qual o CFA (2006) elenca, em ordem cronológica, suas principais contribuições para a melhoria da qualidade dos cursos de Administração do país:

Em 1991, foi criada a Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração (ANGRAD), com o objetivo de incentivar e promover melhorias no ensino por meio da troca de experiências entre cursos de Administração. Desde então, o CFA se tornou parceiro da ANGRAD, “na busca pela excelência da qualidade do ensino nos cursos de graduação do país” (CFA, 2006, p. 3, grifo nosso).

No ano de 1993, o CFA passou a integrar a Comissão de Especialistas de Ensino de Administração – Ceed, da secretaria de educação superior do MEC.

Já em 1996, o CFA apoiou a inclusão do curso de Administração no Exame Nacional dos Cursos (Provão), passando a integrar também a Comissão do Curso de Administração.

Em 1997, o CFA criou a publicação da Biblioteca Básica para os cursos de Administração, além da promoção de eventos nacionais e regionais.

No ano de 2001 foi criado o Fórum Nacional de Ensino de Administração (FONEAD), que conta com o apoio do CFA e tem com objetivo “discutir

as políticas de ensino de Administração no país e a sua inter-relação com o exercício profissional, normatizado e fiscalizado pelo Sistema” CFA/CRA (CFA, 2006, p. 3, grifo nosso).

Já em 2002 e 2003, o CFA, com o apoio da ANGRAD, realizou o ENANGRAD, que teve como abordagem a internacionalização do ensino superior.

Ao que pudemos observar, as melhorias de qualidade parecem se resumir às trocas de experiências entre cursos de Administração, sem, contudo, abordar se existem críticas à expansão dos cursos e propostas de melhorias na qualidade do ensino.

Por fim, constatamos afirmativas de o Conselho Federal ter contribuído para as mudanças curriculares. Além das mudanças que ocorreram em 1966 e 1993, em 2004 o Ministério da Educação homologou um parecer para novas diretrizes curriculares e Bases da Educação Nacional. Para o estabelecimento destas novas diretrizes, dinâmica na qual o CFA discursou ter um papel ativo em parceria com o Ministério da Educação, se realizariam estudos visando consolidar parâmetros que delimitavam as diretrizes administrativas e explorassem propostas de novas mudanças no currículo de Administração. Segundo o CFA (2006, p. 11), suas principais contribuições nas mudanças das diretrizes foram:

Como resultado das reivindicações do CFA e da ANGRAD, o Conselho Nacional de Educação aprovou um parecer, que trata da retificação da resolução que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do Curso de Graduação em Administração, Bacharelado. Foi solicitado ao MEC que os cursos de bacharelado em Administração sejam tão somente denominados “cursos de Bacharelado em Administração”, como forma de conter a descaracterização dos cursos correlatos à ciência da Administração.

Interessante observar aqui que, para o CFA, o simples fato de delimitar o uso do título “Bacharelado em Administração”, evitando subtítulos que indiquem especialização para definir o curso, já se torna um instrumento de controle da descaracterização do curso. Pouco ou nada se aborda sobre o controle desta “descaracterização” nas análises das ementas dos cursos e na fiscalização do conteúdo das disciplinas ministradas. E isto se mostra claro na seguinte passagem, que dá liberdade para instituições constituírem as especializações em seus currículos, sem indicar outras diretrizes:

Denominamos como Administração Agroindustrial, Administração Bancária, Administração de Bares e Restaurantes e outras 248, abrangendo os mais diversos segmentos e áreas especializadas, não poderão ser utilizadas pelas IESs para intitular os cursos de bacharelado em Administração oferecidos pelo País. As linhas de formação específica, nas diversas áreas da Administração, não poderão mais constituir uma extensão ao nome do curso, nem se caracterizarem como uma habilitação, devendo apenas constar no projeto pedagógico (CFA, 2006, p. 3, grifo nosso).

Ainda no processo de melhorias de qualidade o CFA relata que:

Além de definir que o nome do curso deverá ser “Bacharelado em Administração”, a expressão Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) também foi alterada para Trabalho de Curso. [...] A retificação no texto das DCNs do curso de Administração foi resultado do trabalho do Conselho Federal de Administração (CFA) e da Associação Nacional dos Cursos de Graduação, junto ao Ministério de Educação (MEC), no sentido de melhorar a qualidade do ensino de Administração e evitar a descaracterização dos cursos da área oferecidos por 1,7 mil IES no país (CFA, 2006, p. 3, grifo nosso).

Por ora nos questionamos novamente: proibir o simples uso de

termos específicos no título dos cursos de Administração e modificar o termo TCC para trabalho de curso são mudanças significativas na qualidade dos cursos de Administração?

No entanto, não nos restringindo apenas a estes dois pontos, outras alterações ocorreram no currículo. Segundo a resolução do Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2004b, p. 2):

As atividades relacionadas aos componentes curriculares, como o estágio curricular supervisionado, as atividades complementares, o sistema de avaliação, a monografia, o projeto de iniciação científica ou o projeto de atividade, como trabalho de conclusão de curso (TCC), tornam-se componente opcional da instituição, além do regime acadêmico de oferta e de outros aspectos que tornem consistente o referido projeto pedagógico.

Este quesito poderia ser percebido como um aspecto positivo, uma vez que torna o currículo mais flexível e aberto a novas demandas. Contudo, uma vez que o trabalho de conclusão de curso e as atividades complementares implicam em custos adicionais para as instituições, bem como em maior dificuldade para o gerenciamento dos currículos, a não obrigatoriedade dos mesmos nos parece uma mudança que facilita a adaptação dos cursos de Administração ao enfoque mercantil. Além disso, no artigo 5 da lei:

Art. 5º Os cursos de graduação em Administração deverão contemplar, em seus projetos pedagógicos e em sua organização curricular, conteúdos que revelem inter-relações com a realidade nacional e internacional, segundo uma perspectiva histórica e contextualizada de sua aplicabilidade no âmbito das organizações e do meio através da utilização de tecnologias inovadoras e que atendam aos seguintes campos interligados de formação:
I - Conteúdos de Formação Básica: relacionados com estudos antropológicos, sociológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, políticos,

comportamentais, econômicos e contábeis, bem como os relacionados com as tecnologias da comunicação e da informação e das ciências jurídicas;

II - Conteúdos de Formação Profissional: relacionados com as áreas específicas, envolvendo teorias da Administração e das organizações e a Administração de recursos humanos, mercado e marketing, materiais, produção e logística, financeira e orçamentária, sistemas de informações, planejamento estratégico e serviços;

III - Conteúdos de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias: abrangendo pesquisa operacional, teoria dos jogos, modelos matemáticos e estatísticos e aplicação de tecnologias que contribuam para a definição e utilização de estratégias e procedimentos inerentes à administração; e

IV- Conteúdos de Formação Complementar: estudos opcionais de caráter transversal e interdisciplinar para o enriquecimento do perfil do formando (BRASIL, 2004b, p. 3).

Neste ponto, podemos observar que esta proposta de diretriz manteve-se muito semelhante à de 1993, com as diversas fases e divisões do currículo mínimo. Deixa-se implícito que determinadas disciplinas devem manter-se no curso de Administração e nada é dito a respeito de como integrar estes conteúdos para evitar as possíveis fragmentações e descontinuidades do currículo antigo.

5 LIMITES DO ESTUDO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de compreender se o processo de produção de administradores relatado por Nicolini (2003) continua e qual o papel desempenhado pelo Conselho Federal de Administração, foram adotadas quatro categorias de análise, que se basearam: (i) na expansão dos cursos de Administração; (ii) nas mudanças curriculares do ano de 2004; (iii) nas qualidades dos cursos de Administração avaliadas

pelo Enade 2006; e (iv) na participação do CFA na fiscalização dos cursos e nas mudanças curriculares.

Todavia, o trabalho apresentou limitações, dentre as quais podemos citar que, ao analisarmos a qualidade dos cursos de Administração, a própria escolha de parâmetros com os quais se pode “medir” a qualidade do ensino de Administração se manteve restrita aos resultados do Enade 2006. Além do que os próprios resultados do exame, que se mostraram unicamente quantitativos, não são suficientes para a compreensão da qualidade dos cursos. Neste sentido, podemos questionar se a própria metodologia do MEC, adotada no Enade, é a mais adequada para a avaliação da qualidade do ensino de Administração.

Outro ponto que merece atenção, e que pode ter ficado subtendido nas análises, trata-se da perspectiva de que uma maior fiscalização de órgãos como o CFA poderia ajudar a solucionar o problema da qualidade. Mesmo que o CFA buscasse controlar a expansão dos cursos e intensificasse a fiscalização, isto não seria um fator que negaria a possibilidade de ainda estar reproduzindo a lógica centralizadora e fabril das escolas de Administração. Ou seja, o CFA poderia impedir a criação de cursos que buscassem subverter a lógica dominante, ao passo que apoiaria aqueles que atendessem ao “padrão” de qualidade.

Por fim, devemos considerar as limitações no método utilizado. Por se tratar de uma pesquisa que se baseou em documentos institucionais, a ausência de outras fontes de dados restringe a compreensão dos objetivos propostos, principalmente no que se refere ao papel do CFA.

Apesar das limitações, o trabalho possibilitou algumas inferências e indicações para questionamentos atuais. Quando analisamos a expansão dos cursos de Administração, observamos que a tendência exponencial não somente continua como também se acentuou. Os dados revelaram que os cursos de Administração aumentaram mais de cinco vezes de 1998 a 2007. O intenso aumento pode ser um indicativo de uma tendência de mercantilização do ensino, denunciada

por Nicolini (2003). Quanto ao segundo item de análise – a qualidade dos cursos de Administração – apesar das limitações já apresentadas no trabalho, ao se analisar os resultados do Enade, chama a atenção o fato de que os alunos de Administração, em comparação com os demais das Áreas de Ciências Sociais Aplicadas, obtiveram notas abaixo da média nacional e o pior resultado nas provas de conhecimentos gerais. Embora os dados não permitam inferências conclusivas, pode-se especular que talvez as baixas médias possam ser indicativas de um processo de desqualificação do ensino de Administração. Ainda, a expansão desenfreada dos cursos pode ter relação com os resultados ruins apresentados no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes.

O terceiro ponto analisado foram as mudanças no currículo de Administração, que ocorreram em 2004. Se o currículo mínimo, de 1993, denunciado por Nicolini (2003) como (i) um projeto de lógica fabril, por subdividi-lo em diversas partes que não conseguem manter uma inter-relação entre elas; (ii) mecanizado, por formar estudantes para dar respostas prontas; e (iii) fechado, por ter apresentado poucas disciplinas que propõem debater temas relacionados à atualidade, ao analisarmos o novo currículo, essas tendências não parecem superadas. Observamos nas análises que a estrutura do curso manteve-se muito semelhante à de 1993, com as diversas fases e divisões do currículo mínimo e exigências de disciplinas necessárias. Uma mudança trata-se da flexibilização de atividades como o estágio curricular supervisionado, as atividades complementares, o sistema de avaliação, a monografia, o projeto de iniciação científica ou o projeto de atividade, que se tornam componentes opcionais. Se por um lado esta medida permite uma flexibilidade no processo de constituição dos cursos, por outro pode também facilitar a adaptação dos cursos de Administração ao enfoque mercantil, uma vez que muitas destas atividades, por exigirem custos, podem deixar de ocorrer.

Por fim, ao analisarmos o papel do CFA na fiscalização dos cursos e nas mudanças curriculares de 2004, constatamos que foram

avaliados apenas 11 cursos de Administração no ano de 2007, e não foram encontradas divulgações de avaliação no período de 2008 a 2010. Além disso, ao afirmarem que historicamente desenvolvem atividades com o objetivo de melhorias da qualidade dos cursos, podemos observar que as melhorias na qualidade parecem se resumir às trocas de experiências entre cursos de Administração, sem, contudo, abordar se existem críticas à expansão dos cursos. Quanto ao papel do Conselho nas mudanças curriculares, as propostas parecem pontuais, baseando-se na solicitação de que os cursos sejam somente denominados Bacharelado em Administração, e a expressão Trabalho de Conclusão de Curso alterada para Trabalho de Curso.

Assim, o que Nicolini (2003) denunciava como “o futuro da fábrica de Administradores”, parece estar mais presente do que antes, e a fábrica de administradores parece estar funcionando em plena capacidade. Ficam algumas reflexões: Por que o MEC e o CFA propõem criar mecanismos de controle de qualidade dos cursos de Administração do país mas não se opõem à expansão do número de cursos? Por que os cursos são abertos no mercado e somente depois da primeira turma formada surgem as técnicas de avaliação para medir a qualidade do curso? Até o momento, o que podemos esperar senão uma continuidade na expansão desenfreada do Ensino?

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo, SP: Cortez, 2008.

COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE ENSINO DE ADMINISTRAÇÃO DA SESU/MEC. **Biblioteca básica para os cursos de Administração**. Florianópolis, SC: Udesc, 1997.

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO. **Manual do Ad-**

ministrador: guia de Orientação Profissional. Brasília, DF: CFA, 2006.

_____. Resultado do Enade deixa CFA ainda mais atento à qualidade do ensino. 2007. Disponível em:<http://www.cfa.org.br/arquivos/adm_notindividual_n.php?p=adm_notindividual_n.php&id=705&coditem=31&n=Resultado+do+Enade+deixa+CFA+ainda+mais+atento+%E0+qualidade+do+ensino>. Acesso em: 15 jun. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Sinopses Estatísticas da Educação Superior**. 2007. Disponível em:<<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/>>. Acesso em: 10 jul. 2009.

_____. Ministério da Educação. **Resultado do Enade**. 2006. Disponível em:<http://74.125.47.132/search?q=cache:MgjAdcLA3twJ:www.cofecon.org.br/index.php%3Foption%3Dcom_docman%26task%3Ddoc_view%26gid%3D237+%EF%82%A7+Por+Categoria+e+Subcategoria+Administrativa+N%C3%BAmero+de+cursos+participantes+por+categoria+administrativa+segundo+as+%C3%A1reas+avaliadas+-+ENADE+2006&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 21 Jun. 2008.

_____. Ministério da Educação. Sinopses Estatísticas da Educação Superior, 2004a. Disponível em:<<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/>>. Acesso em: 10 Jul. 2009.

_____. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº. 1 de 2 de Fevereiro de 2004 institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, Bacharelado, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 4 mar. 2004b.

_____. Ministério da Educação. Sinopses Estatísticas da Educação Superior, 2003. Disponível em:<<http://www.inep.gov.br/supe>

rior/censosuperior/sinopse/>. Acesso em: 10 Jul. 2009.

LEDA, D. B. Trabalho docente no ensino superior sob o contexto das relações sociais capitalistas. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 29, 2006, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPED, 2006.

NICOLINI, A. Qual será o futuro das fábricas de administradores? **RAE – Revista de Administração de Empresas**, v. 43, n. 2, p. 44-54, 2003.

PAES DE PAULA, A. P.; RODRIGUES, M. A. Pedagogia crítica em Administração: desafios e possibilidades. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, v. 46, Edição Especial Minas Gerais, p. 10-22, 2006.

REY, F. G. **Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da realidade**. São Paulo, SP: Pioneira Thomson Learning, 2005.

SARAIVA, L. A. S. O túnel no fim da luz: a educação superior em Administração no Brasil e a questão da emancipação. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 31, 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, RJ: ANPAD, 2007.

SOUZA-SILVA, J. C.; DAVEL, E. Concepções, práticas e desafios na formação do professor: examinando o caso do ensino superior de Administração no Brasil. **O&S – Organizações e Sociedade**, v. 12, n. 35, p. 133-134, out./dez. 2005.

Recebido em: 23 Outubro 2009

Aceito em: 06 Agosto 2010